**FUNCIONÁRIO PÚBLICO — GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL
— DIREITO ADQUIRIDO**

— *Em relação a vencimentos futuros, não há como falar-se em direito adquirido, por parte de funcionários.*

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Álvaro da Silva Braga e outros *versus* Estado de São Paulo
Recurso extraordinário nº 78 681 — Relator: Sr. Ministro
LUIZ GALLOTTI

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos de recurso extraordinário nº 78 681, de São Paulo, em que são recorrentes Álvaro da Silva Braga e outros e recorrido o Estado de São Paulo, decide a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal conhecer do recurso mas negar-lhe provimento, unanimemente, de acordo com as notas juntas.

Brasília, 28 de maio de 1974. *Luiz Gallotti*, Presidente e Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro *Luiz Gallotti*: A sentença do ilustre Juiz José Alves Ferreira tem os seguintes fundamentos, que o acórdão de fls. 179, unanimemente, adotou (fls. 155-58):

“II — Insurgem-se os autores contra a redução do adicional de 140 para 100% decretada pelo art. 15 do Decreto-lei Complementar nº 11/70, alegando que este diploma legal não abrange o Regime de Tempo Integral criado pela Lei nº 4 477, de 1957, e a que estão sujeitos, mas tão-somente os regimes especiais de trabalho

criados pela Lei n. 9 717/67 e pelas demais que se lhe seguiram.

Invocam, outrossim, direito adquirido, por se tratar de vantagem de há muito incorporada aos seus vencimentos.

Desassiste-lhes razão.

O Decreto-lei Complementar nº 11/70, que estabelecera a paridade de vencimentos e vantagens entre os funcionários civis do estado, estatuíra, de modo expresse, em seu art. 15: “as gratificações a que têm direito os servidores abrangidos por este decreto-lei, pela sujeição a regimes especiais de trabalho, ficam fixadas nas seguintes bases percentuais, calculadas sobre os respectivos padrões:

I — de 50%, a gratificação dos ocupantes de cargos do Anexo I e das faixas I, II e III do Anexo II, anteriormente fixada em 100%;

II — de 100%, a dos ocupantes de cargos do Anexo I e das faixas III e IV, do Anexo II, anteriormente fixada em 140%.”

Tal disposição, como se vê de sua simples leitura, é ampla e genérica. Não só abrange todos os servidores civis do estado, como também se refere, taxativamente, as gratificações por regimes especiais de tra-

balho, sem distinguir este ou aquele regime especial. A todos abarca.

E no item II, em que reduz especificamente o percentual de 140 para 100%, menciona de maneira expressa os cargos a cujos ocupantes se aplica, entre os quais estão os dos autores.

Destituída, assim, de qualquer fundamento a alegação de que o Decreto-lei nº 11, de 1970 não abrange o *RTI*, a que se refere a Lei nº 4 477/57.

Sem sentido, por igual, a afirmação contida no parecer transcrito na inicial de que “o regime de tempo integral não pode ser considerado regime especial de trabalho porque é, tão-somente, o regime comum de trabalho dos cargos que têm por atribuição a realização ou a orientação de trabalho de pesquisas científica ou técnico-científica.”

Regime especial de trabalho é todo aquele que desborda do comum, quer por exigir particular dedicação ao serviço, ou especial habilitação do servidor, com o conseqüente direito a uma remuneração extra, tecnicamente chamada adicional de função ou *ex facto officii*.”

Seja de tempo integral, de dedicação plena ou exclusiva, são todos, no fundo, dada a natureza similar que os une, regimes especiais de trabalho.

Dáí porque, sob esta denominação genérica, foram todos abarcados pelo art. 15 do citado Decreto-lei Complementar nº 11/70.

Também não socorre os suplicantes a invocada tese de direito adquirido.

Conforme é pacífico, tanto em doutrina como jurisprudência, com relação a vencimentos futuros, não há falar-se em direito adquirido por parte do funcionário, porquanto, consoante já proclamara o Colendo STF, “os servidores públicos não têm vencimentos irredutíveis, prerrogativa dos membros do Poder Judiciário e dos que lhes são equiparados” (*Súmula* 27).

Aliás, o próprio STF ao apreciar em recurso extraordinário, caso parêlo oriundo desta Vara, deixara assentado, ao negar provimento ao recurso, ser legítima a alteração do regime especial de trabalho, através de medida legislativa, sem ferir direito subjetivo do servidor (cf. RE nº 72 005).

III — Do exposto, julgo improcedente a ação, condenados os autores no pagamento das custas e da verba advocatícia, esta arbitrada em 10% sobre o valor dado à causa.”

Recurso extraordinário, das alíneas *a* e *d*, foi iderferido, mas houve agravo e fiz subir o recurso, para melhor exame.

A Procuradoria-Geral opina (fls. 250-51):

“Trata-se de mais um caso em que servidores públicos do Estado de São Paulo se insurgem, através de ação ordinária, contra o Decreto-lei Complementar estadual nº 11, de 2.3.70, conhecido como Lei de Paridade, que, em seu art. 15, reduziu o percentual da gratificação por eles percebida, em razão de estarem sujeitos a esse regime especial de trabalho, de 140% para 100%.

Esse colendo STF já firmou jurisprudência no mesmo sentido da decisão impugnada (RE nº 75 673, *RTJ*, 66/307, Relator o eminente Ministro Rodrigues, Alckmim, e acórdãos nele mencionados: RE nº 73 357; 75 950, 74 438, 75 005).

Aliás, cabe acentuar que o julgado no RE nº 73 357, colacionado na petição de recurso extraordinário (fls. 190-91), decidiu, ao contrário do entendimento dos recorrentes, no mesmo sentido da decisão recorrida, conforme resulta do mencionado RE nº 75 673.

De outra parte, mostra a doutra sentença de primeira instância (fls. 155-57) que é absolutamente improcedente a alegação de que o *RTI*, a que se refere a Lei estadual nº 4 477/57, não estaria abrangido

na sistemática introduzida pelo art. 15 do Decreto-lei estadual nº 11/70.

Na verdade, cingiram-se as decisões impugnadas em aplicar o direito local (*Súmula* 280), na consonância da jurisprudência dessa Excelsa Corte (*Súmula* 266).

Em tais condições, o parecer é pelo não conhecimento do recurso extraordinário.

Brasília, 18 de abril de 1974. *Antônio de Pádua Ribeiro*, Procurador da República.

Aprovo: *Oscar Corrêa Pina*, Procurador-Geral da República, substituto”.

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Luiz Gallotti (Relator): Conheço do recurso, em face do dissídio jurisprudencial.

Mas lhe nego provimento, pois o Supremo Tribunal já firmou, sobre a matéria, entendimento contrário à pretensão dos recorrentes.

O invocado acórdão, de que fui relator, no RE nº 70.313 (fls. 184 e 234), não

cuidava de gratificação por tempo integral mas de direito adquirido à investidura em cargo, que se vagara ainda na vigência da lei antiga, quando todos os requisitos por esta exigidos já haviam sido satisfeitos.

Embora conhecendo do recurso, negou-lhe provimento, sem embargo das brilhantes razões do ilustre patrono dos recorrentes.

EXTRATO DA ATA

RE nº 78 681 — SP — Rel., Ministro Luiz Gallotti. Rectes., Álvaro da Silva Braga e outros (Adv., Gabriel Pergola). Recdo., Estado de São Paulo (Adv., Gaber Lopes).

Decisão: Conhecido mas não provido. Unânime. Falou, pelos recorrentes, o Dr. Gabriel Pergola.

Presidência do Sr. Ministro Luiz Gallotti. Presentes à sessão os Senhores Ministros Oswaldo Trigueiro, Aliomar Baleeiro, Djalci Falcão, e o Doutor Oscar Corrêa Pina, Procurador-Geral da República, substituto. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Rodrigues Alckmim.